

statuto estava engavetado

Segundo relator
do projeto,
tema estava
esquecido
há seis anos

O RELATOR DO ESTATUTO DAS SOCIEDADES Indígenas,

deputado federal paranaense Luciano Pizzatto (PFL), esteve ontem em Curitiba para a abertura do Fórum Regional de Direitos Indígenas das Regiões Sul e Sudeste. Pizzatto diz que há nove anos acompanha a questão indígena, relatando projetos de leis de vários outros deputados para apresentar ao Congresso Nacional. Ele tem até o próximo mês para entregar o texto final do projeto em Brasília. Leia a seguir entrevista com o deputado.

Gazeta do Povo – O senhor está otimista quanto à aprovação do Estatuto?

Luciano Pizzatto – Estamos otimistas sim, justamente porque houve uma decisão política geral no Congresso para levantar novamente o tema do Estatuto, que está esquecido há pelo menos seis anos. Em 1994 nossa proposta foi aprovada em Brasília com unanimidade, com a condição de que algumas divergências no texto fossem corrigidas. Interesses políticos na época acabaram fazendo que o projeto fosse esquecido. Agora, talvez em função das comemorações de 500 anos do descobrimento, o tema do Estatuto foi colocado em pauta outra vez.

– O que poderia fazer o projeto ser engavetado novamente?

– É fundamental que exista plena compreensão da comunidade indígena quanto ao que representará o Estatuto. Sem isso, dificilmente dará certo. É por isso que investimos em encontros como esse, para que não restem dúvidas. Também teríamos problemas se houvesse uma má negociação com repre-



“Consideramos que o índio tem totais condições de definir seu futuro”

Luciano Pizzatto,
deputado federal (PFL-PR)

sentantes de donos de terras e autoridades políticas.

– Como fica a questão da tutela, que ainda confunde parte da comunidade indígena?

– Consideramos que o índio nunca foi incapaz, que tem totais condições de definir seu

futuro e que deve ter na Funai não uma tutora, mas um apoio que o oriente a como interagir com a sociedade, sem perder sua identidade. O fim da tutela lhes dá direito de firmar contratos e abrir empresas. Enquanto nas relações da comunidade indígena, valerão os princípios e leis que regem a comunidade. Fora do meio indígena, valem as leis gerais que se aplicam à sociedade, mas sempre com a Funai como orientadora. O fim da tutela não representará fim de direitos.

– Qual a situação da comunidade indígena no Paraná?

– Como em todo país, a população indígena aqui no estado ainda enfrenta inúmeros problemas. Muitas aldeias não recebem assistência de saúde, muitas sequer têm o que comer por falta de terras para produzir o sustento. Outros são transformados em mendigos nas cidades. Esse lado é triste, mas me alegra é ver que, no Paraná como no restante do país, há um crescimento do orgulho indígena.

– Como o estatuto ajudaria a resolver esta situação difícil?

– A aprovação seria a definição de uma política indianista atualizada, direcionada para representar esta comunidade como eles querem ser representados. Nossa proposta é fortalecer estes índios, garantir-lhes o direito de trabalhar a terra, usar os recursos naturais das reservas de maneira que garanta o seu futuro e o das próximas gerações. É absurdo que índios passem fome quando hoje 10% das terras do país pertencem às comunidades indígenas, o equivalente a 80 milhões de hectares já demarcados.

Gazeta do Povo – Julho 2000

HIRO00488,